



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

XXXV Seleção de Estagiários para a área de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - NOVEMBRO/2019

ATENÇÃO:

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações;
- Não é permitida a retirada de nenhuma das folhas integrantes desse caderno de prova;
- A prova tem duração de 04 horas.
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site www.pge.am.gov.br

Nome completo: _____

Identidade:



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado



PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. No Brasil, a forma de Estado, a forma de governo e o sistema de governo adotados são, respectivamente:

- a) Presidencialismo, Democracia e Federação
- b) Presidencialismo, Federação e República
- c) Federação, Presidencialismo e República
- d) Democracia, República e Presidencialismo
- e) Federação, República e Presidencialismo

2. Não é um dos fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil:

- a) a soberania
- b) a dignidade da pessoa humana
- c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- d) o pluralismo político
- e) a separação dos Poderes

3. Assinale a alternativa que não contém dois princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais:

- a) independência nacional e prevalência dos direitos humanos
- b) autodeterminação dos povos e intervenção
- c) igualdade entre os Estados e defesa da paz
- d) solução pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo
- e) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.

4. Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa que contém assertiva incorreta:

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- b) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros

decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.

c) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, são equivalentes às emendas constitucionais.

e) O Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, ainda que tenha manifestado adesão à sua criação.

5. São direitos sociais, na forma da Constituição Federal:

- a) a liberdade, a alimentação e o trabalho
- b) a igualdade, a moradia e o transporte
- c) a educação, o lazer e a segurança
- d) a vida, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância
- e) a propriedade, a saúde, a assistência aos desamparados

6. Segundo a Constituição Federal, o processo legislativo não compreende a elaboração de:

- a) emendas à Constituição e leis complementares
- b) leis complementares e leis ordinárias
- c) leis delegadas e medidas provisórias
- d) decretos legislativos e resoluções
- e) decretos e regulamentos

7. Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa que contém assertiva incorreta:

- a) Compete privativamente ao Presidente da República iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal.
- b) Lei complementar deve dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
- c) A Constituição Federal não veda a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- d) As leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que deverá



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

e) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de proposta de emenda constitucional subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

8. Assinale a alternativa que contém a assertiva correta:

a) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

b) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, admitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

d) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

e) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, admitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

9. Sobre os Estados federados, é incorreto afirmar que:

a) organizam-se e regem-se pelas leis orgânicas que adotarem

b) devem observar os princípios da Constituição Federal.

c) possuem as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.

d) podem, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas

e) estão incluídas entre seus bens as terras devolutas não compreendidas entre as da União

10. Não é função institucional do Ministério Público:

a) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal

b) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

c) promover, privativamente, a ação civil pública, na forma da lei, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos

d) exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar

e) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

11. Sobre os Procuradores do Estado é incorreto afirmar que:

a) são organizados em carreira.

b) o ingresso na carreira depende de concurso público de provas ou de provas e títulos.

c) o concurso para ingresso na carreira deve ter a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.

d) exercem a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado.

e) tem assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

12. Não compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal

b) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face da Constituição Federal



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

- c) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal
- d) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face da Constituição Federal
- e) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal

13. Sobre os direitos individuais e coletivos, é correto afirmar que:

- a) a Constituição Federal assegura expressamente o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas.
- b) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- d) as associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- e) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

14. Não pode propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) o Presidente da República
- b) a Mesa de Assembleia Legislativa Estadual
- c) o Governador de Estado
- d) o Procurador-Geral da República
- e) o Prefeito de Município

15. Sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro, é incorreto afirmar que, segundo a Constituição Federal:

- a) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade.

b) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias.

c) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos.

d) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

e) cabe aos Estados a instituição de ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.

16. Uma das condições de elegibilidade é a idade mínima para o exercício do cargo. Assim, de acordo com a Constituição Federal, as idades mínimas exigidas para concorrer aos cargos de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual são, respectivamente:

- a) 30 anos, 21 anos e 21 anos
- b) 35 anos, 30 anos e 30 anos
- c) 30 anos, 30 anos e 21 anos
- d) 35 anos, 30 anos e 21 anos
- e) 35 anos, 21 anos e 21 anos

DIREITO ADMINISTRATIVO

17. Sobre os princípios gerais da administração pública, é correto afirmar:

a) Pelo princípio da presunção de legitimidade, há a presunção absoluta de que os atos administrativos são verdadeiros e praticados de acordo com as normas legais pertinentes.

b) O desvio de finalidade, que ocorre na desapropriação de imóvel que prejudica desafeto do Secretário de Estado, é corolário do princípio da eficiência.

c) Pelo princípio da autotutela, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

d) O atendimento ao princípio da eficiência administrativa autoriza a atuação de servidor público em desconformidade com a regra legal, desde que haja a comprovação do atingimento da eficácia na prestação do serviço público correspondente.

e) O servidor do Poder Judiciário que não confere o segredo de justiça em processo que envolva interesse de menor em situação de risco não pode ser punido uma vez que o princípio da publicidade rege todos os atos da administração indistintamente.

18. O regime jurídico-administrativo caracteriza-se:

a) pelas prerrogativas e sujeições a que se submete a administração pública.

b) pela prevalência da autonomia da vontade do indivíduo.

c) por princípios da teoria geral do direito.

d) pela relação de horizontalidade entre o Estado e os administrados.

e) pela aplicação preponderante de normas do direito privado.

19. Diante de chuvas em quantidade duas vezes maior que a média do período do mês de janeiro, causando alagações e desabamentos na cidade de Manaus, o Prefeito da cidade houve por bem declarar o estado de calamidade pública, por da qual foi possível a aquisição de remédios, agasalhos e colchões sem prévia licitação, para atendimento dos desabrigados. Diante do enunciado, assinale a alternativa correta:

a) a aquisição de bens sem licitação decorrente de declaração de estado de calamidade não exime o administrador da realização de licitação simplificada, na modalidade pregão.

b) está-se diante de hipótese de inexigibilidade de licitação.

c) chuvas e alagamentos não são causa de declaração de estado de calamidade, eis que já esperadas no mês de Janeiro.

d) está-se diante de hipótese de dispensa de licitação.

e) nenhuma das alternativas anteriores.

20. Sobre as licitações e contratos da administração pública, é correto afirmar:

a) são princípios específicos do processo licitatório a vinculação ao instrumento convocatório e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

b) é possível aos agentes públicos incluir no instrumento convocatório preferência a empresas que tenham domicílio no território do estado-membro que realiza a licitação, de forma a incentivar o desenvolvimento regional.

c) o projeto básico contempla estudos sobre o objeto licitado e não pode ser suficientemente detalhado para não frustrar o caráter competitivo da licitação.

d) são modalidades de licitação o pregão, o convite, a tomada de preços e o processo seletivo simplificado.

e) nos casos de guerra e grave perturbação da ordem o poder público deve realizar todas as licitações na modalidade de pregão.

21. Assinale a alternativa correta:

a) A nomeação de pessoa com vínculo de parentesco, em linha reta ou colateral, limitado ao segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido de cargo de direção, chefia ou assessoramento, para exercício de cargo em comissão ou de confiança, configura nepotismo, violando o art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

b) O nepotismo constitui prática atentatória aos princípios da moralidade e da publicidade, e sua vedação no âmbito da Administração Pública impescinde de lei formal para dar-lhe concretude.

c) Somente a vedação de nepotismo na esfera do Judiciário independe de lei formal, haja vista a autonomia administrativa desse Poder.



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

d) Exclui-se da vedação concernente ao nepotismo a nomeação de irmão de Governador para exercício do cargo de Secretário de Estado, por se tratar de agente político.

e) as alternativas a e d estão corretas.

22. Assinale a alternativa incorreta:

a) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a administração pública está obrigada a nomear candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital do certame, ressalvadas situações excepcionais dotadas das características de superveniência, imprevisibilidade e necessidade.

b) A aplicação das penas de perda da função pública e de ressarcimento integral do dano em virtude da prática de ato de improbidade administrativa situa-se no âmbito do poder disciplinar da administração pública.

c) Constitui exemplo de poder de polícia a interdição de restaurante pela autoridade administrativa de vigilância sanitária.

d) atos de império seriam os praticados pela Administração com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade e impostos unilateral e coercitivamente ao particular independentemente de autorização judicial.

e) Atos de gestão são os praticados pela Administração em situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços.

23. O ato administrativo unilateral, discricionário, precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública, por meio de prévia licitação, faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público, é denominado de:

a) Autorização

b) Servidão administrativa

c) Permissão

d) Concessão de uso de bem público

e) Limitação administrativa

24. Assinale a alternativa correta:

a) Pelo regime de direito público que rege as contratações do estado, o contrato administrativo pode ser modificado unilateralmente, inclusive em sua cláusula econômica.

b) Os contratos administrativos são formais e obrigatoriamente escritos, razão pela qual a contratação verbal pelo administrador sujeita-o às penalidades administrativas e criminais, não tendo o contratado direito de perceber qualquer valor, mesmo havendo fornecimento, por má-fé presumida.

c) Em contratos de pequeno valor, o termo de contrato pode ser substituído pela nota de empenho.

d) Toda a contratação não precedida de licitação é nula.

e) Nenhuma das alternativas é correta.

25. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

a) A teoria vigente no ordenamento jurídico brasileiro é a da responsabilidade objetiva do estado, baseada na apuração de culpa do agente público quando verificado o dano ao particular.

b) Atualmente, somente os atos antijurídicos podem ser objeto de responsabilidade do Estado pelo dano causado a particular.

c) O Estado é obrigado a reparar o dano sofrido ao preso indevidamente, assim como ao apenado que passar mais tempo que o devido na prisão.

d) A responsabilidade objetiva do Estado independe da caracterização do nexo de causalidade.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

26. Considere que o Estado do Amazonas criou pessoa jurídica e a ela transferiu determinado serviço público. Nesse caso, é correto afirmar que houve:

a) terceirização administrativa

b) desconcentração administrativa

c) centralização administrativa



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

- d) descentralização administrativa
- e) avocação administrativa

27. De acordo com a disciplina constitucional dos agentes públicos, é correto afirmar que:

a) é vedada a acumulação, remunerada ou não de cargos, empregos e funções públicas, ainda que existacompatibilidade de horários

b) uma vez adquirida a estabilidade, o servidor ocupante de cargo público efetivo não poderá perder o cargo em razão de excesso de gasto orçamentário com despesa de pessoal

c) a criação de empregos públicos rege-se por uma reserva legal absoluta, com iniciativa do Chefe do Poder Executivo, inclusive no que diz respeito às entidades da administração indireta com personalidade jurídica de direito privado, como empresas públicas e sociedades de economia mista

d) além de cargos e empregos públicos na estrutura da administração pública direta e indireta de qualquer um dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a lei ainda estabelecerá casos de contratação de agentes públicos por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, hipótese em que cada ente federativo tem competência autônoma para legislar sobre o tema.

e) nenhuma das anteriores.

28. Sobre a temática do servidor público, assinale a alternativa incorreta:

a) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público

b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração

c) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores

e) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29. Suponha que João ajuizou uma ação contra Maria, pleiteando condenação em danos materiais e morais. Após a contestação da ré, o juiz, mesmo sem provocação das partes, constatou a existência de prescrição. Diante do caso narrado marque a alternativa correta:

a) o juiz, mesmo sem ouvir as partes, pode reconhecer a prescrição, tendo em vista que se trata de matéria de ordem pública.

b) para o reconhecimento da prescrição, o juiz deverá aguardar provocação de alguma das partes.

c) O juiz, mesmo sem provocação das partes, poderá reconhecer a prescrição de ofício. Para isso, deverá intimar as partes para se manifestarem sobre a tese antes da decisão.

d) O juiz não pode em hipótese alguma decidir sem que as partes o provoquem.

e) nenhuma das alternativas está correta.

30. Sobre jurisdição, assinale a alternativa incorreta:

a) uma das características da jurisdição é a sua definitividade.

b) a jurisdição tem como uma de suas características a inércia, ou seja, apenas pode atuar, como regra, mediante provocação das partes.

c) Jurisdição é a função estatal criada com a finalidade de dirimir os litígios que lhe são levados.



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

- d) O Brasil adotou a multiplicidade de jurisdições.
e) a jurisdição é inafastável.

31. Sobre o direito de ação, assinale a alternativa correta:

- a) são elementos da ação a legitimidade das partes e o interesse de agir.
b) partes, pedido e causa de pedir são consideradas condições da ação.
c) o Código de Processo Civil adotou a teoria eclética da ação.
d) A legitimidade das partes é uma das condições da ação, que consiste na capacidade de responder pessoalmente em juízo. Portanto, uma pessoa de 10 anos, em razão de ser civilmente incapaz, não pode ter legitimidade para um processo.
e) a possibilidade jurídica do pedido continua sendo uma das condições da ação.

32. Dentre as situações hipotéticas abaixo, marque aquela que caracteriza uma hipótese de suspeição do juízo:

- a) Processo em que a advogada de uma das partes é mãe do juiz.
b) processo em que uma das partes é o melhor amigo do juiz.
c) processo em que o juiz atuou anteriormente como membro do Ministério Público.
d) processo em que o juiz é uma das partes do processo.
e) processo em que uma das partes é uma instituição de ensino onde o juiz presta serviços.

33. Sobre advocacia pública, marque o item correto:

- a) Defensoria pública e Advocacia Pública são termos sinônimos para representar a mesma função dentro do estado.
b) a advocacia pública possui a prerrogativa de intimação pessoal, bem como possui prazos em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
c) a advocacia pública deve ser intimada apenas por publicação em Diário de Justiça.

- d) O advogado público possui a prerrogativa de intimação pessoal, bem como possui prazos duplicados para sua manifestação.

e) nenhuma das anteriores está correta.

34. Após um acidente automobilístico envolvendo um veículo do estado do Amazonas, Carlos, residente em Manaus, ajuizou uma ação de responsabilidade civil contra o ente estadual. Carlos, em sua petição inicial, direcionou o processo para uma das varas cíveis da comarca de Manaus, mesmo existindo várias especializadas das fazendas públicas na comarca. Diante da situação narrada, Marque alternativa correta:

- a) caso o procurador do estado entenda que o juízo cível é incompetente, deverá apresentar a arguição de incompetência na contestação. Considerando que se trata de um caso de competência absoluta, Se o procurador não arguir, a incompetência poderá ser reconhecida em momento posterior.
b) caso o procurador entenda que o juízo é incompetente, deverá apresentar exceção de incompetência em peça apartada da contestação.
c) o caso narrado trata de uma situação de incompetência relativa.
d) caso não seja arguida na contestação, haverá prorrogação da competência do juízo cível.
e) nenhuma das alternativas anteriores.

35. Sobre a citação, marque a alternativa que não apresenta previsão de procedimento no Código de Processo Civil: a

- a) citação por edital
b) citação via WhatsApp.
c) citação por carta com aviso de recebimento. D
d) citação por oficial de justiça.
e) todas as anteriores possuem previsão expressa no Código de Processo Civil.

36. Tício, no ano de 2018, se submeteu a uma cirurgia no Hospital Público João Lúcio, localizado na cidade de Manaus e pertencente à estrutura orgânica do



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

Estado do Amazonas. Durante o referido procedimento, o médico acabou por esquecer um bisturi dentro de seu corpo, o que foi verificado 3 meses depois. Em razão do infortúnio, Tício resolve ajuizar uma ação contra o Estado do Amazonas. No curso do processo judicial, Tício pede a produção de prova testemunhal, a fim de comprovar que ele efetivamente esteve no hospital no dia da cirurgia. O juiz, entendendo que a prova era desnecessária, a indeferiu.

Diante da situação narrada, e tendo em vista as disposições do CPC, assinale a alternativa correta:

- Tício poderá interpor Agravo de Instrumento desta decisão. Considerando que litiga contra um Ente Público, o prazo para interposição será dobrado, de modo que terá 30 dias para recorrer.
- Tício poderá interpor Agravo de Instrumento desta decisão, cujo prazo será de 15 dias.
- A decisão contrária ao pedido de Tício não preclui, de modo que poderá suscitar em preliminar de eventual Apelação ou Contrarrazões de Apelação, não cabendo, pela redação do Código de Processo Civil, Agravo de Instrumento.
- Poderá Tício interpor o recurso de Agravo Retido.
- Nenhuma das anteriores.

37. Sobre a Revelia, assinale a opção em que os seus efeitos materiais (*presunção de veracidade dos fatos alegados*) produzirá normalmente os seus efeitos:

- havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;
- litígio versar sobre direitos patrimoniais disponíveis.
- o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;
- as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

38. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que apresenta um caso em que a Apelação será recebida no efeito devolutivo e suspensivo:

- Apelação contra sentença que condena a pagar indenização por danos materiais e morais.
- Apelação contra sentença que condena a pagar alimentos;
- Apelação contra sentença que decreta interdição.
- Apelação contra sentença que confirma tutela provisória anteriormente concedida.
- Nenhuma das anteriores.

39. Dentre as alternativas abaixo, marque aquela que NÃO apresenta uma hipótese de cabimento da Ação Rescisória:

- Sentença proferida por juiz suspeito ou relativamente incompetente.
- Sentença proferida ofendendo coisa julgada.
- Sentença proferida quando for proferida por força de corrupção do juiz.
- Sentença fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.
- Sentença que resulta de dolo da parte vencedora em face da parte vencida, a fim de fraudar a lei.

40. Mévio intenta uma ação contra o Estado do Amazonas pleiteando, em apertada síntese, danos materiais. No entanto, após o ajuizamento da ação, Mévio questiona a seu advogado se é possível pedir danos morais também. Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta:

- O advogado deverá orientar a ajuizar uma nova ação, tendo em vista que nunca é possível incluir um novo pedido em uma ação já em curso.
- O advogado deverá orientar Mévio no sentido de incluir o pedido a qualquer momento, tendo em vista que até a prolação da sentença é possível o aditamento.
- O advogado deverá orientar Mévio no sentido de que é possível incluir pedidos até a citação do réu, independentemente de consentimento do réu. Após isso, não é mais possível incluir pedidos.



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

d) O advogado deverá orientar Mévio no sentido de que é possível incluir pedidos até a citação do réu, independentemente de consentimento do réu. Após isso, é possível incluir pedidos até o saneamento, desde que com consentimento do réu.
e) nenhuma das anteriores.

PROVA DISCURSIVA : REDAÇÃO

Texto 1:

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, falou, durante evento na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (10/09), sobre a necessidade de qualificar o atendimento às pessoas com transtornos de saúde mental. Durante o Simpósio Nacional de Prevenção do Suicídio e Automutilação, promovido pela Frente Parlamentar de Prevenção do Suicídio e Automutilação e pela Comissão de Seguridade Social e Família, Mandetta explicou que está sendo discutindo um espaço de saúde mental especializado para o público adolescente.

“Os transtornos de saúde mental serão o principal agravamento que levarão as pessoas às unidades de saúde durante todo o século 21 no mundo”, lembrou o ministro durante o evento em alusão ao Dia Mundial de Prevenção do Suicídio (10/09). A assistência às pessoas com transtornos mentais acontece de forma integral e gratuita em diversas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o Brasil, conforme a necessidade de cada caso.

Texto 2:

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é conceituada como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de uma doença ou enfermidade”. É notório que no mundo contemporâneo temos nos preocupado mais com a nossa saúde física do que com a nossa saúde mental. Exercitamos os músculos peitorais, hipertrofiamos nossos bíceps nas academias, desenvolvemos nossa capacidade cardio-respiratória nas atividades aeróbicas, porém temos nos esquecido de

amadurecer nossa capacidade de gerir as nossas próprias emoções. Queremos ser saudáveis no corpo, mas nos esquecemos de cuidar da nossa mente. Somos incapazes de administrar emoções, sejam elas boas ou más. Não fomos treinados para isso.

É bem verdade que somos bombardeados pela mídia de massa quase que diariamente a sermos bem-sucedidos em tudo na vida. Bem-sucedidos no trabalho, na família, na vida social, no casamento, enfim, em tudo! Ou quase tudo. Entretanto, essa “pressão” de ser o notável bem-sucedido em todas as áreas da vida não corresponde com a realidade. Essa é a questão que deveria ser reverberada. Não podemos negar que a vida como ela é não é feita só de vitórias. Ah, se fosse assim! Seria bem mais fácil, não é? Mas não. A realidade é outra. Sabemos disso. No contraponto desse mercado do “sucesso” que faz sucesso e que rende bilhões de dólares para alguns poucos afortunados, somos desafiados a gerenciar nossas emoções ao longo da vida nos inúmeros momentos de frustrações, derrotas, tristezas, lutos, desemprego, traições, dívidas e tantas outras condições que nos provam enquanto ser humano. Não somos máquina! Somos gente. Temos que cuidar do nosso corpo com hábitos saudáveis, atividade física regular e uma alimentação balanceada. Mas tão importante quanto cuidarmos da nossa saúde física nesse mundo altamente competitivo, hedonista e individualista é aprendermos também a cuidar da nossa mente. Esse é o foco. O cidadão global do século XXI carece de enxergar esse conceito de saúde integral. Corpo e mente são indissociáveis.

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

TEMA:

“Saúde mental no século XXI”

OBS:

- ✓ O texto deverá ter no máximo 25 linhas;
 - ✓ Utilizar a norma culta da língua;
 - ✓ Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.
-
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - ✓ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
 - ✓ Fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;